

A Baía que vive

Manguezal de 70 km² resiste à poluição e mantém características da Baía de Guanabara do Rio Antigo



SIMONE CANDIDA
FOTOS DE DILMAR CAVALHER

Dizer que no fundo, no fundo, a Baía de Guanabara ainda vive não é força de expressão. A menos de uma hora do Centro do Rio, existe uma região onde o mar ainda está para peixe, o céu ainda está para pássaros e os rios, para jacarés. Esse trecho de resistência, localizado bem no final da Baía (veja mapa na pág. ao lado) – chamado por ecologistas e moradores da região de *fundo da Baía* –, abrange os municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo e faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, criada em 1984. Dos 140 quilômetros quadrados da APA, 70 são cobertos por um manguezal, tipo de ecossistema que, no passado, ocupava todo o entorno da hoje degradada Baía de Guanabara. Quem já visitou o local não teme cair no exagero ao compará-lo ao pantanal matogrossense. Realmente, num passeio de barco pelos rios Surrui, Iru, Magé, Guapimirim, Guaxindiba e Macacu – os últimos com baixos níveis de poluição que ainda desembocam na Baía –,

o turista tem a impressão de não estar no Rio. “Isso aqui não deve nada em beleza ao pantanal. Poderiam ter gravado aquela novela aqui, em vez de viajar para tão longe”, exalta o procurador do Ibama Radamés Marzullo, chefe da APA de Guapimirim, se referindo a *Pantanal*, da Manchete.

Num passeio de barco por aquelas águas rasas (na maré baixa, em alguns pontos dos rios a profundidade chega a apenas um metro), a todo momento podem se avistar os vôos de garças brancas e azuis, maguaris, martins-pescadores e ver siris e caranguejos passeando nas pequenas faixas de areia lamacenta ou se pendurando nas raízes e galhos retorcidos das árvores do mangue. Com muita, mas muita sorte, pode se encontrar, ainda, um dos poucos exemplares do raríssimo jacaré-de-papo-amarelo, que pescadores e pesquisadores da região vez por outra têm a sorte – e o prazer – de observar a menos de um palmo de distância. Os peixes se multiplicam em abundância: são robalos, tainhas, bagres, sardinhas, savelhas, paratis e acarás. Muitos pregam sustos nos desavisados, pulando dentro dos barcos. “Eles podem derrubar uma pessoa no susto”, diz o artista plástico Antônio Carlos Liboredo, que vive há 35 anos em Guapimirim e

tem dedicado sua vida à causa da preservação da região.

Pescadores de primeira viagem e visitantes em geral têm que tomar cuidado: a hélice do motor do barco pode facilmente atolar no mangue. No ponto em que os rios desembocam na água do mar, porém, formam-se corredores – de até um quilômetro – com profundidades um pouco maiores. É melhor sempre preferir remos e, é claro, arranjar um guia – é fácil arranjar um na comunidade. Em pequenos barquinhos, alugados dos pescadores da região por cerca de R\$ 15 a hora, é possível fazer um agradável passeio pelos incontáveis canais, *ruelas d’água* que levam a pequenas praias. No ponto em que os rios chegam na Baía, avistam-se, além de navios ao longe, pássaros sobre currais (armadilhas para peixes feitas com pau de mangue, como na capa desta edição), Paquetá e o Dedo de Deus. Um espetáculo. A cada instante, o barco é interceptado por socós, marrecas e uma infinidade de aves que voam de uma margem a outra dos rios. Algumas são tão dóceis que parecem posar para fotos; outras freqüentam quintais das casas da população ribeirinha.

Capivaras e preás são mais ariscos. Segundo os moradores, esses animais têm pavor do ronco dos motores do bar-

cos e só costumam dar as caras de noitinha. “Na área da Fazenda Sendas, animais como capivara e jacaré aparecem com mais freqüência, por causa dos tanques artificiais de peixes”, explica o ornitólogo Jorge Bruno Nacinovic, que desde fevereiro de 1992 faz um trabalho de levantamento das aves existentes na região. A Fazenda Sendas, com 820 hectares, é o local onde as Casas Sendas mantêm um projeto ecológico dentro da APA Guapimirim, plantando hortigranjeiros e cereais e criando peixes com cuidados de não agredir o meio ambiente. Do total da área da fazenda, 220 hectares de manguezal têm de permanecer intocados. E todos os animais que por ventura aparecerem são protegidos por lei. Não podem ser abatidos.

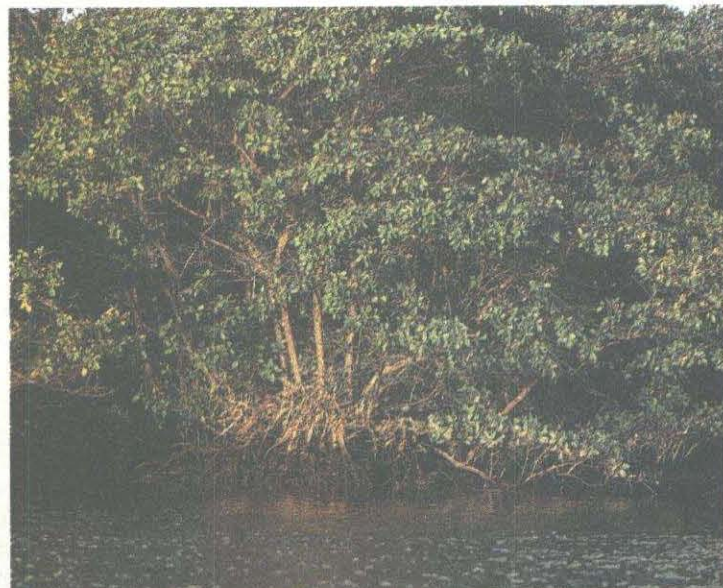
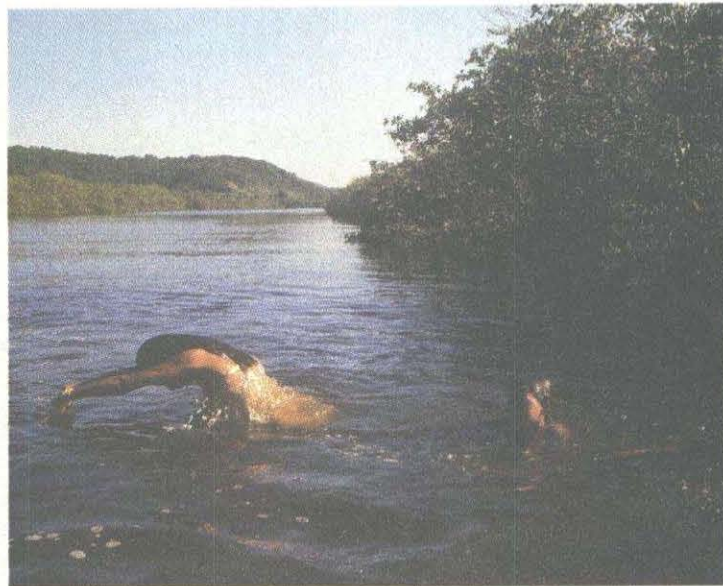
Desde que chegou lá, há dois anos, Jorge Bruno já contabilizou a presença de 162 espécies de aves vivendo por aquelas bandas. Até 92, a equipe da fazenda só tinha localizado 16 espécies. “Isso não quer dizer que o manguezal é um ecossistema que está se regenerando. As aves só estão ali porque na fazenda há grande oferta de alimentos e de segurança”, alerta. De qualquer maneira, essas espécies andam por lá, exibindo suas formas diferentes e a beleza de

suas cores. Na lista de Jorge Bruno, há colhereiros, guarás, gaviões-pescadores e falcões-peregrinos. O gavião-pescador, por exemplo, é uma ave migratória, originária do Hemisfério Norte, muito rara por aqui. “No Rio, em 16 anos de pesquisa, só tinha visto essa espécie umas três vezes. Lá, já vi oito num só dia”, conta Jorge Bruno.

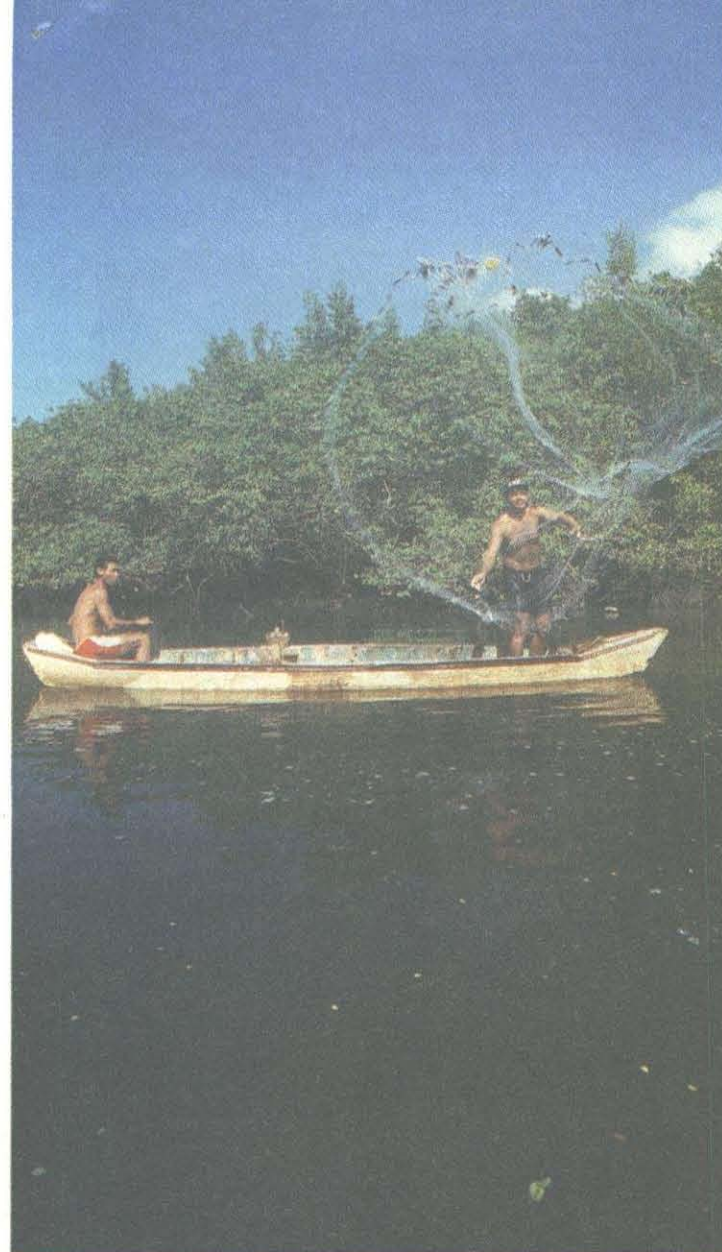
O conjunto de belezas naturais do manguezal não seria nada demais, não fosse o *pequeno* detalhe de estar tão próximo da quase desacreditada Baía de Guanabara. Os habitantes da região têm a consciência de que aquele é um resquinho de vida que teima em desafiar o descaso dos homens. Eles sabem que o manguezal é tihoso, mas que se nada for feito para preservá-lo da ação danosa do homem, pouco a pouco ele vai perdendo forças e entregando os pontos. “Na medida do possível, nós tentamos dar uma pouca de consciência ecológica aos pescadores e à população ribeirinha. A maioria tem boa vontade, mas nosso maior adversário é a fome. Não dá para virar para um pescador cheio de filhos para alimentar e simplesmente mandar ele parar de pescar peixes pequenos. Por isso, sou a favor de criarmos condições para eles sobreviverem nos períodos em que a pesca não puder ser feita”, alerta o procurador Radamés, que lançou uma campanha informal de profissionalização dos pescadores da região. “Com a carteira de trabalho e o registro profissional na mão, todos vão poder receber um salário da Capitania dos Portos nos períodos em que a pesca não for permitida na região, o que facilitaria muito o nosso trabalho de conscientização”, explica.

Além da preocupação com a pesca de peixes e crustáceos filhotes ou no período de desova, os técnicos do Ibama têm de ficar de olho nos ataques constantes às árvores do mangue. Na maioria dos casos, cortadas pelos próprios pescadores, que recebem uma ninharia pela venda da madeira para as olarias da região. O deputado estadual Carlos Minc tem uma solução para o problema: o uso de gás natural. “Se colocássemos o gás natural da Reduc (*Refinaria de Duque de Caxias*) para abastecer os fornos das cerâmicas e olarias de Itaboraí, pouparíamos os manguezais e não poluiríamos o ambiente. Vivemos apertando o Ibama para fiscalizar a área. A vida da Baía começa nos manguezais da APA, no entanto lá não há fiscalização decente”, reclama Minc.

A equipe do Ibama também tem do que se queixar. Para



Banho de rio e árvores de mangue: visual pantaneiro



O fim da pesca com rede é bandeira do Ibama na região

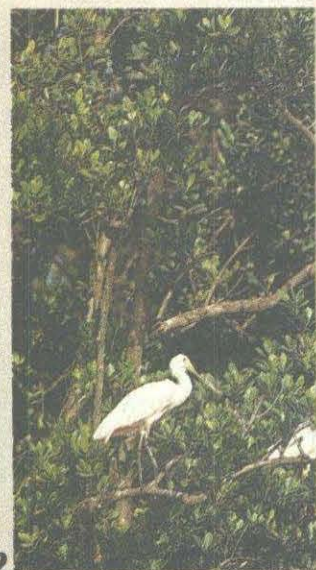
vasculhar toda a área, só dispõe de quatro guardas da polícia florestal trabalhando em esquema de ronda, um barquinho e um jipe. “É impossível. Precisaríamos de mais pessoal, de mais barcos e de um ultraleve ou quem sabe um dirigível, para sobrevoarmos tudo isso. Nós aqui não temos nem agentes de fiscalização”, diz o chefe da APA Guapimirim, Radamés Marzulo, que só conta com a ajuda de uma veterinária e um biólogo no posto. A falta de estrutura é tanta que as cartilhas com informações sobre o manguezal, distribuídas aos moradores, é feita no computador de um dos funcionários e depois *xerocada*.

“Nós ainda temos um problema de ordem legal. Apesar de estarmos numa APA, protegida por lei federal, não temos lei específica para o local. Estamos sujeitos ao código florestal, que é muito geral. Ele não diz, por exemplo, que é proibido capturar caranguejo com rede”, diz a veterinária do Ibama Viviane de Formiga Xavier Lundi. A equipe da APA conta que enviou a Brasília, em maio de 1994, a proposta da criação de uma portaria normativa proibindo, entre outras coisas, a pesca com rede de malha fina (que arrasta peixes grandes e miúdos), a instalação de novos currais e a captura de caranguejos e siris com armadilhas. Segundo Radamés, até hoje não foi mandada nenhuma resposta. “A APA foi criada, mas não foi criado nenhum zoneamento, que estabeleceria o que é permitido ou proibido em cada área. Em alguns pontos, deveria ser proibido até a pesca com caniço. Em outros deve se levar em conta a presença do homem.” Segundo o superintendente do Ibama no Estado, Paulo Braga, o problema atinge todas as APAs do país. “A APA de Petrópolis, primeira a ser criada no Brasil, passa pela mesma deficiência. Por enquanto, essas APAs ficam sujeitas a leis ordinárias. Mas já entramos em contato com o grupo de despoluição da Baía para pedir uma verba para o zoneamento da APA de Guapimirim”, diz.

Enquanto essas regulamentações não vêm, o manguezal vai sobrevivendo por causa da boa vontade de poucos. Entre os pescadores, alguns têm a idéia exata de onde podem colocar a isca sem agredir o meio ambiente. Edgar Soares Cravo, 38 anos de vida e 10 de pesca de siri, é um exemplo. “Não pesco fêmea ovada, nem filhote e não uso armadilha para pegar os *bicho*. Sei que, se fizer isso, amanhã vai faltar siri nos rios para eu tirar minha sobrevivên-

A fauna ‘pantaneira’

1. O vôo do maguari (primeiro plano) e dos biguás 2. O bicudo colhereiro 3. A garça branca grande, velha conhecida da Lagoa Rodrigo de Freitas 4. A elegância da garça azul 5. Revoada de colhereiros nos céus do mangue 6. O jacaré-de-papo-amarelo, em extinção 7. O atarracado socozinho 8. A garça branca pequena

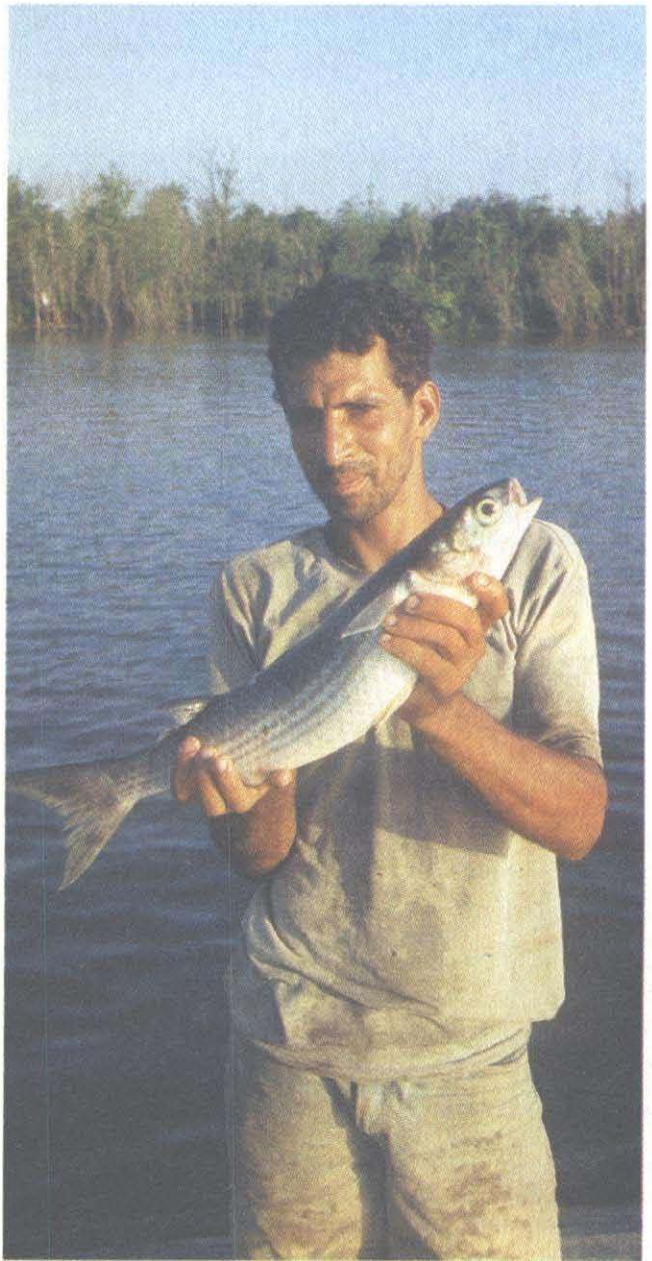


cia”, garante Edgar, que acorda diariamente antes do sol nascer e captura um a um cerca de 30 siris. O quilo ele vende por R\$ 4, para um conhecido em Duque de Caxias. Edgar criou dois filhos, construiu uma casinha às margens do Rio Suruí e sobrevive até hoje com o dinheiro da pesca de siri. Mesmo entre os que só pescam por esporte, há a noção do perigo. Os amigos Ivair da Silva Pinto, 60 anos, e Nilton Pereira Mota, 41, moradores de Magé, pescam por lazer mas fazem questão de respeitar o tamanho mínimo do peixe. “Hoje, dos 29 que pescamos, soltamos 25 porque eram pequenos”, diz Ivair, mostrando um robalo grandalhão.

Os dois aprenderam com a equipe do Ibama que se capturarem um robalo com menos de 30 cm, que nunca se reproduziu, estarão prejudicando o futuro da pesca na região. Mas nem todo mundo pensa assim. Num dos passeios de barco pelos rios Suruí e Macacu, **Domingo** cruzou com Gilberto de Oliveira Barbosa, 31 anos, pescador de caranguejo, pegando os animais com uma daquelas armadilhas feitas de pedaços de plásticos que se coloca na frente da toca do bicho. Este tipo de pesca predatória é nociva porque prende, inclusive, os crustáceos menores. Há, ainda, aqueles que só pescam com currais, armadilhas feitas de madeira que capturam indiscriminadamente peixes adultos, filhotes e fêmeas na época da desova. “Se não fossem esses currais e a poluição, haveria mais peixe para a gente”, reclama o pescador Marcelo Teixeira de Souza, 23 anos.

O pantanal fluminense, além de belo, é rico em vida. Vida que pode ser a esperança do renascimento da Baía (*ler texto na pág. 26*). “Além da importância estética, o manguezal é um grande berçário e um grande supermercado para todas as espécies de peixes, aves e crustáceos que vivem dentro e no entorno da Baía. É ali que eles se alimentam e se reproduzem. É uma área de vital importância”, explica o biólogo Mário Moscatelli. É difícil para os leigos acreditar, mas é naquelas águas meio turvas e naquele solo escuro e rico em matéria orgânica e bactérias que crustáceos e peixes desovam e se alimentam. Ali eles ficam fortes para enfrentar a barra de percorrer as águas sujas do mar. Outra função dos manguezais é evitar o assoreamento da Baía, segurando os sedimentos trazidos pelos rios.

O que existe hoje na APA de Guapimirim é uma pequena amostra do que havia em toda a Baía no passado. “Em 1500, 90% da Baía eram margeados por manguezais, por isso existiam baleias e uma grande piscosidade”, explica



Peixes não faltam. Eles até pulam dentro dos barcos

Os vilões

A APA de Guapimirim vive cercada de poluição. Os quatro municípios mais próximos não possuem estações de tratamento de esgoto ou sistema de coleta de lixo eficiente. “Nenhuma das cidades possui aterro sanitário para tratamento de lixo domiciliar. O lixo é jogado em vazadouros clandestinos. Um deles está dentro da APA de Guapimirim, em São Gonçalo”, conta Luiz Heckmaier, chefe de controle

industrial da Feema. Segundo ele, a situação deve melhorar, já que o Projeto de Reconstrução Rio prevê a implantação de uma Usina de compostagem e reciclagem, aterro de rejeitos e incinerador de resíduos hospitalares. Além disso, lembra Luiz, faz parte do programa de despoluição da Baía a construção de uma estação de tratamento de esgoto sanitário em São Gonçalo. Mas além da poluição doméstica, a APA convive com a poluição industrial. Há 70 fábricas

instaladas na região. Segundo o Ibama e da Feema, as indústrias que mais jogam poluentes nos rios e afluentes de rios da APA Guapimirim são:

Em Magé:

- Maralin Indústria e Comércio de Farinha Ltda, que joga restos nas águas do rio Suruí.
- Estamparia de Tecidos Mageense Ltda.
- Lavanderias dos Hotéis Othon S.A., que despeja água com sabão e amaciante dentro dos rios Andorinha e Roncador.

Em Guapimirim:

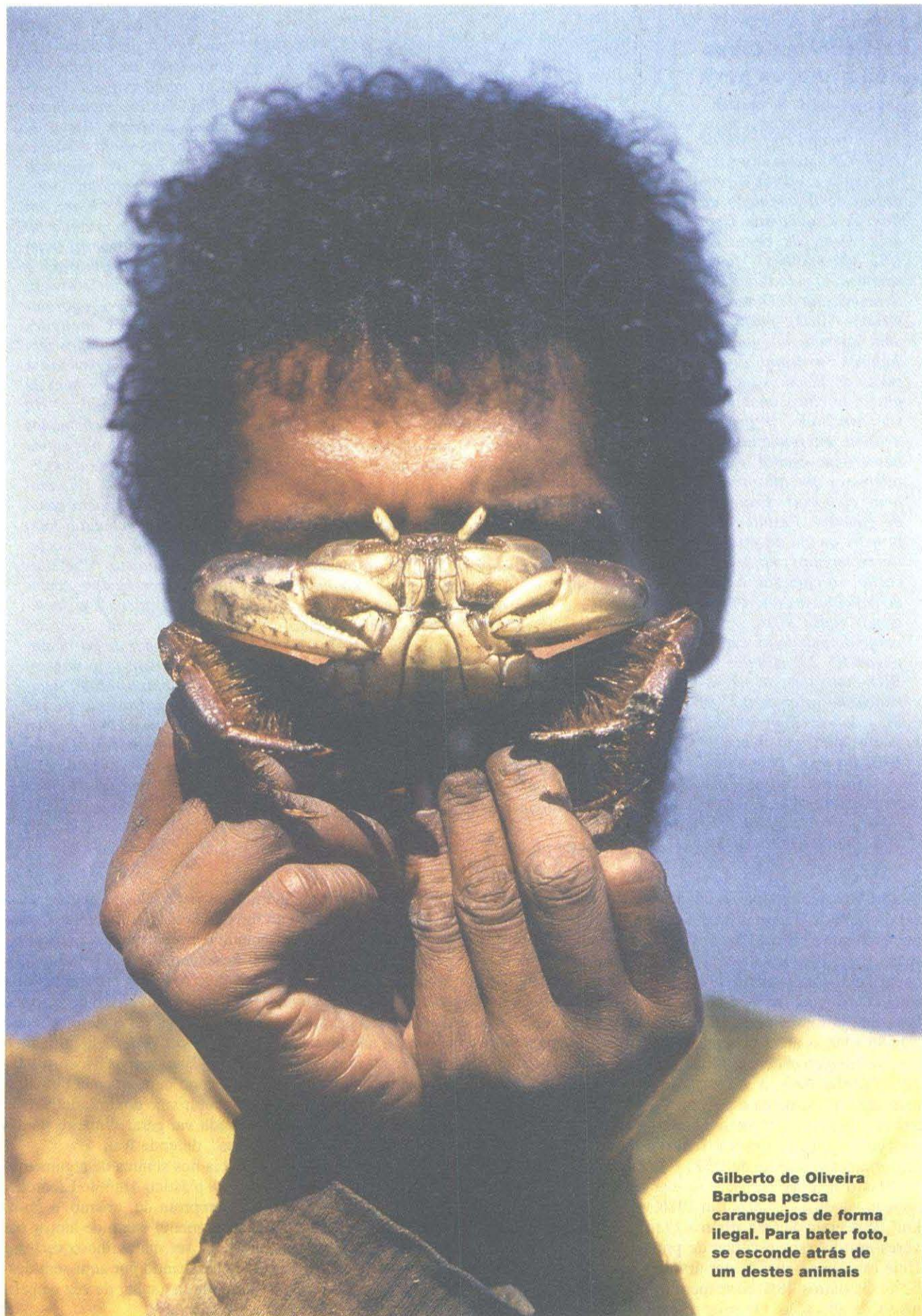
- Cibrapel Papel e Embalagens, que despeja detritos no Rio Guapimirim. Autuada, está instalando um filtro especial.

Em Itaboraí:

- Companhia Brasileira de Antibióticos (Cibran), que despeja lixo no Macacu.
- Coca-Cola (Refrigerantes Itambi), que despeja uma água negra no rio Tambicu.

Em São Gonçalo:

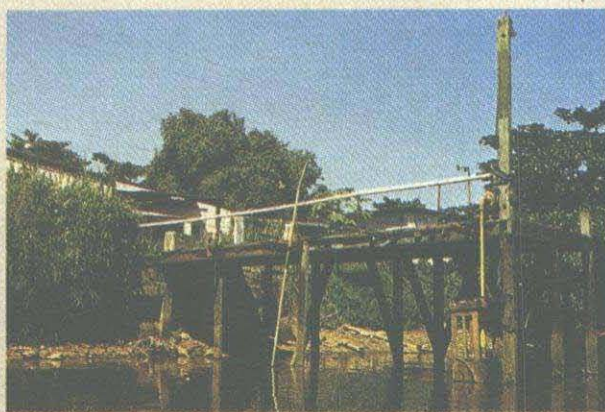
- Getec, fábrica de cosméticos que joga sujeira dentro do rio Alcântara.(S.C.)



**Gilberto de Oliveira
Barbosa pesca
caranguejos de forma
ilegal. Para bater foto,
se esconde atrás de
um destes animais**

O disse-me-disse dos projetos para despoluir a Baía

Teoricamente, desde 1994 o Rio deveria ter começado a executar o programa de despoluição da Baía de Guanabara. Com uma verba de cerca de US\$ 800 milhões – parte emprestada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parte por uma agência do governo Japonês e o restante do governo do Estado –, e com prazo de cinco anos para ser concluído, o projeto acabou encrencando na burocracia estatal e nos interesses que afloram em anos eleitorais. Era final de governo. Resultado: o projeto, que já deveria estar no terceiro ano de execução, só começou a sair do papel há um ano e meio e, por causa disso, o governo do Estado já teve de pagar R\$ 2,8 milhões ao BID – uma taxa de permanência no valor de 0,75 % do valor do dinheiro disponível na conta ao ano. O BID, que do montante total do financiamento, vai emprestar US\$ 250 milhões para obras mais US\$ 100 milhões para paga-



Combater o despejo de detritos: início da despoluição?

mentos de impostos e outras despesas, vai continuar cobrando esta taxa até 99, ano em que programa tem que ser finalizado.

“Quando assumimos, tivemos que rever um monte de detalhes. Só começamos a execução em março de 95. Já fechamos contratos de execução no valor de US\$ 40 milhões. Estamos colocando nas ruas editais de concorrência no valor de US\$ 100 milhões”, justifica o secretário estadual de Meio Ambiente, Flávio Perri. Segundo ele, o governo não está atrasado: “Não pagamos multa, mas uma taxa de permanência que seria cobrada de qualquer maneira.”

Mas a maior preocupa-

ção dos ecologistas é: em que parte do projeto de despoluição da Baía entram os trabalhos de preservação e restauração do manguezal da APA de Guapimirim? Segundo Flávio Perri, apesar da primeira fase do projeto ter priorizado as obras nas redes de esgoto dos municípios que rodeiam a Baía, o local não foi esquecido. “Temos consciência de que o que resta de uma boa qualidade de manguezal está justamente ali, no fundo da Baía. Já começamos a fazer um levantamento por aerofotogrametria.” Ainda segundo Perri, a Secretaria de Meio Ambiente, a Federação das Indústrias (Firjan) e o BNDES já firmaram convênio

que pôs à disposição das indústrias da região R\$ 150 milhões para serem investidos em maquinário menos poluente.

Mas há muitas críticas ao projeto. O geógrafo Ivan Pires reclama que, apesar de a UFF ter um projeto tão importante na região de manguezal (Ivan e sua equipe até criaram o Infomangue, um software que traz dicas e informações sobre os mangues existentes no país), os técnicos só foram convidados a participar do projeto de forma superficial: “Há três anos fomos chamados para conversar, mas nunca mais soubemos de nada.”

O deputado estadual Carlos Minc aponta como principal problema a falta de participação da sociedade no projeto. “Prefeituras, universidades, ecologistas, técnicos e a sociedade em geral deveriam ter um poder de participação e fiscalização no projeto”, opina Minc, lembrando existir uma lei que prevê a criação do Fórum de Acompanhamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (Lei 24.84 de 18/12/95). Lei que até hoje só está no papel. (S.C.)

Mauro Moscatelli. Hoje, o quadro é de chorar. O manguezal da APA de Guapimirim é a última faixa densa de mangue existente na Baía. Fora um ou outro pequeno foco de resistência na Ilha do Governador e em Duque de Caxias, aquele é o maior resquício do que um dia foi uma grande floresta de mangue. Do início da década de 70 até hoje, calcula-se que já foram devastadas 20% da área de manguezal. “De 86 a 89, as áreas ocupadas por plantas invasoras (*plantas que competem com as árvores do mangue*) aumentaram 12%. Nestas áreas, a vegetação de mangue não consegue mais nascer”, lamenta o geógrafo Ivan Pires, que desde 82 trabalha num projeto de análise do manguezal através de imagens de satélite e está à frente do Lasere (laboratório de sensoriamento remoto da UFF).

Mas o mangue resiste. “Apesar de todo os ataques do homem, ainda há chance. Em 1986, eu constatei que dos 70 km², 38% eram de área arbórea. O resto era ocupado por árvores em diversos estágios de preservação e regeneração. Hoje essa área ocupada por árvores de mangue representa 52%. Os outros 48% correspondem às áreas com diversos níveis de alteração. Ou seja: o mangue está reagindo”, ga-

rante Ivan. Entre as alternativas para salvar a região, há a proposta do incentivo ao turismo ecológico. “Um dos grandes problemas a ser enfrentado é o preconceito com o mangue. Até a década de 60, as áreas de mangue eram vistas como locais sem utilidade. No Rio, devido à própria história da construção da cidade, feita a partir do aterro de lagoas e mangues, as pessoas se acostumaram a ver o mangue como coisa que não presta. Já países como a Venezuela utilizam o mangue no ecoturismo. O Parque Nacional de Mocarroy fatura cerca de US\$ 7 milhões por ano com a venda de entradas, botons, camisetas etc. O ecoturismo controlado não vai interferir no ecossistema e ainda vai gerar dinheiro para a manutenção do próprio parque”, defende Ivan.

A idéia encontra ressonância nos sonhos de alguns moradores da região, como o artista plástico Antônio Liboredo, 49 anos, que já montou uma empresa de turismo, a *Porto Suruí Turismo*, e só espera o momento exato de lançar pacotes turísticos pelo mangue. “Ia ser maravilhoso ver esse lugar preservado e as pessoas passeando por aqui sem destruir”, sonha. Aí sim, o lugar poderia ganhar de vez o apelido de Pantanal Fluminense. ■